



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 16 | Nº. 30 | Jan./Jun. de 2024

Kenia Sousa Rios

Universidade Federal do Ceará / UFC.

keniata13@hotmail.com

ENTRE SECAS E MIGRAÇÕES: Uma história ambiental do semiárido nordestino.

RESUMO

O presente texto tem a intenção de refletir algumas questões que configuram historicamente o debate ecológico sobre o assim chamado sertão e principalmente a região denominada de semiárido nordestino. Na articulação entre vários temas que desde o século XIX conjugam definições de sertão, sertanejo e semiárido, o texto tenta propor uma reflexão que torna indissociável instâncias como meio ambiente, cultura, política, economia e desigualdade social.

Palavras-chave: Sertão; Semiárido nordestino; Meio ambiente.

ABSTRACT

This text intends to reflect some issues that historically shape the ecological debate about the so-called sertão and mainly the region called the semi-arid northeast. In the articulation between several themes that since the 19th century and semiarid, the text tries to propose a reflection that makes instances such as environment, culture, politics, economy and social inequality inseparable

Keywords: Sertão; Northeast semi-arid; Environment.

Introdução

Em 1972 representantes de diversos países, convocados pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, reuniram-se em Estocolmo (Suécia) para tentar reorganizar o desenvolvimento econômico do mundo em torno das questões ambientais. Foi sem dúvida um importante passo na inserção da pauta ambiental não só no âmbito da macroeconomia, nas formas de produção, mas também em ações cotidianas. Em diferentes instâncias da sociedade, grupos ganharam força e maior atenção para as lutas que travavam contra as agressões ao meio ambiente. Um dos principais temas da Conferência de Estocolmo foi o compromisso do desenvolvimento dos países com a diminuição do uso de poluentes que provocavam alterações climáticas.

Nesse mesmo ano de 1972, o semiárido nordestino¹ enfrentava mais um período de seca e como ato contínuo, sertanejos e sertanejas se deslocavam das áreas rurais em direção às cidades, provocando uma concentração populacional urbana cada vez maior. Historicamente, o fenômeno de deslocamento das populações rurais para as grandes cidades teve aceleração considerável com a grande seca de 1877. Essa intempérie consolidou a imagem do semiárido nordestino como o lugar da escassez de chuva e da fome. Nos anos de 1877, 1878 e 1879, a tragédia da seca circulou nos periódicos de todo o país e as más notícias atravessaram o Atlântico. Barão de Studart, intelectual cearense de destaque no século XIX, observou que “a notícia do nosso miserando estado ecoou e impressionou o mundo inteiro. O New York Herald enviou um representante a estudar de visu o teatro de tantos horrores, e o governo inglês pediu-me um relatório sobre a peste negra que devora o Ceará” (STUDART, 1909, p. 43). Vários foram os cientistas, naturalistas, viajantes, jornalistas que registraram e publicaram estudos sobre a miséria vista durante os anos daquela que ficou conhecida como a “Grande Seca”.

Os primeiros registros de seca no Ceará surgem em documentos do início do século XVI, mas é somente no século XIX que os apontamentos sobre as intempéries aparecem, de modo declarado, associados às dificuldades em tornar

¹ Essa região passou a ser reconhecida oficialmente como Nordeste somente a partir de 1909, com a organização do IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas). A partir de agora, tomarei os termos Nordeste e nordestino como correlatos ao que era denominado de Região Norte.

essas terras economicamente prósperas para a Coroa Portuguesa e, posteriormente, para o Império brasileiro. De acordo com OLIVEIRA “em 1816 o Ouvidor Geral da Capitania do Ceará Rodrigues de Carvalho relatava à Coroa Portuguesa, dificuldades em executar os projetos coloniais na capitania sobretudo por sua instabilidade climática e a irregularidade das chuvas” (OLIVEIRA, 2014, p. 150). Em conclusão de sua descrição geográfica, o ouvidor escreve que:

(...) é conclusão, que esta capitania está sempre nascente, que a população não pode fazer progressos vantajosos, pelas emigrações contínuas, ocorrência de sêcas, padecimento de moléstias dahi providas; o que tudo definha a espécie (...). (Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará, pelo coronel de engenheiros Antonio José da Silva Paulet. In: Revista do Instituto do Ceará. Anno XII, 1898, p. 13). (Apud OLIVEIRA, 2014, p. 150)

Contrariando a previsão de Carvalho, na segunda metade do século XIX, sobretudo a partir da década de 1860, a província ganhou relativa importância econômica e o Ceará tornou-se um dos mais importantes produtores de algodão do país. Incentivados pelo poder central, os donos de terra² expandiram suas lavouras para suprir as demandas do mercado inglês. Com isso, a região passou a atrair diferentes grupos para o trabalho com o algodão, o que provocou um considerável aumento populacional. Esse movimento explica em grande medida a histórica repercussão das secas do Ceará a partir de 1877, que tentaremos conectá-la ao cultivo do algodão.

Em seu estudo sobre as ações de saques e motins dos camponeses durante o ano de 1877, Frederico de Castro Neves observa que “a fome, a invasão das cidades por hordas famintas, migrações descontroladas, prostituição, saques, casos de antropofagia ou comércio de crianças” (NEVES, 2003, p. 168) faziam parte do repertório que passou a circular na imprensa nacional e internacional. Sua pesquisa nos permite rearticular historicamente os vários escritos sobre a seca e as redefinições na forma de abordá-la como fenômeno social. A inédita repercussão sobre a seca de 1877 produziu inúmeros

² A lei de Terras de 1850 determinou que a posse das terras devolutas deveria estar circunscrita àqueles que poderiam comprá-las do governo.

documentos e possibilitou reflexões mais detalhadas sobre os motivos de seu alcance midiático.

Vejamos que os índices de pluviosidade esperados para 1877 não eram tão diferentes daqueles registrados em anos anteriores. No levantamento feito por Thomaz Pompeo Sobrinho (SOBRINHO, 1940) a média de chuvas seguiu a média dos números apresentados desde 1849. Conforme Brasil:

As médias quinquenais dão estes algarismos:

1849-1853..... 1,372 milímetros

1854-1858..... 1,491 milímetros

1859-1863..... 1,482 milímetros

1864-1868..... 1,378 milímetros

1869-1873..... 1,784 milímetros

1874-1876..... 1,306 milímetros (BRASIL, 1997).

Para o ano de 1877, Rodolfo Teóphilo³ apresenta um índice pluviométrico de 473 milímetros, registrados em 64 dias na capital. Tudo indica que a média anual não apresenta números mais alarmantes do que os observados, por exemplo, na seca de 1867 que registrou de 853 milímetros. (THEÓPHILO, 1922, p. 12). Sobre a seca de 1867 não há grandes alardes midiáticos e apesar da baixa pluviosidade o ano marca um recorde na exportação de algodão. Foram exportadas 7,9 toneladas de algodão per capita. Entre 1867 e 1870 a Província do Ceará experimentou o ápice no comércio internacional do algodão no século XIX. Com o fim da Guerra de Secessão⁴ a província cearense perde mercado para o algodão norte americano. Seu declínio é expressivo a partir de 1876 quando foram exportadas somente 3,4 toneladas per capita e em 1877 apenas 1,4. (CUNHA, 2020, p. 234-235).

³ Rodolfo Teophilo (1853-1932) importante higienista, farmacêutico e autor de vários livros sobre doenças e secas no Ceará. Escreveu *A Fome*, um dos mais importantes romances sobre a seca de 1877.

⁴ O algodão foi muito importante para a economia local, sobretudo durante a Guerra Civil dos Estados Unidos que era líder no mercado. Com o fim da Guerra de Secessão (1865), os Estados Unidos recuperaram a liderança no mercado mundial, e a produção **cearense** entrou em **declínio**.

As referências aqui expostas tentam construir uma reflexão sobre uma das formas de discutir um desastre ambiental, neste caso a seca. Afinal, quais as correlações econômicas e políticas na definição de uma tragédia climática? Por que uma seca não é definida somente por seus milímetros de chuva? O que fez da seca de 1877 a “grande seca do Norte”?

O economista Celso Furtado define seca como “o colapso da produção agrícola. E esse colapso se traduz em fome” (FURTADO, 1998, p. 22). Mike Davis acrescenta alguns fatores ambientais à tragédia. Em seu estudo sobre o problema da fome e das secas na China, na Índia e no Brasil, Davis observa que seca é o duelo entre a natural variabilidade de chuva e as defesas hidráulicas da agricultura.

Qualquer seca com um impacto agrícola importante resulta de dois processos que operam em diferentes temporalidades. Há a seca meteorológica, que é a diminuição da quantidade de chuva, e a seca hidrológica, que acontece quando o sistema de abastecimento de água é insuficiente para salvar a safra. A seca hidrológica traz sempre uma história social. (DAVIS, 2002, p. 390)

A seca de 1877 conseguiu juntar os dois aspectos indicados por Davis (meteorológico e hidrológico) uma vez que o cultivo da monocultura do algodão acabou diminuindo a capacidade do solo para absorver água. Contudo, devemos notar que mesmo antes desse período, o comércio do algodão cearense já estava em declínio por causa da perda de mercado para o rival norte americano, considerado de melhor qualidade.

O atrativo das lavouras de algodão produziu um adensamento populacional significativo na zona rural nas décadas de 1850-60. Pelo Censo demográfico do Estado do Ceará, em 1872 a população da Província do Ceará era de 721.686 habitantes, sendo que mais de 80% residiam em cidades do interior e áreas rurais⁵. No estudo de Maria Clélia Lustosa Costa, Fortaleza, capital da Província, em 1848, possuía em torno de 8.900 habitantes e em 1863 já superava 16.000 (LUSTOSA, 2017). No ano de 1877 a população de Fortaleza era de 30.000 habitantes e em setembro de 1878 já era de 114.000. Segundo a historiadora

⁵ Dados Censo demográfico do Estado do Ceará, 1º de julho de 1950 que apresenta uma retrospectiva populacional desde o ano de 1870 até 1950.

Karine Garcia, em um ano a capital recebeu cerca de 100.000 retirantes. (GARCIA, 2006, p. 191).

Dessa forma, a partir do início dos anos 1870, o declínio da cultura de algodão produziu um excedente de mão de obra que foi empurrado para a fome e elevou os índices de migração bem antes do ano de 1877⁶. Como salienta Cunniff, citado por Mike Davis *“ironicamente, o período mais próspero da história do sertão agravou os erros e consolidou as tendências dos anos anteriores; e a relativa riqueza da década de 1860 foi em grande parte responsável pelos horrores da década de 1870.”* (CUNNIFF apud DAVIS, 2002, p.401).

Devemos observar, então, que a repercussão sobre a fome, violência e migração de populações empobrecidas durante o ano de 1877 liga-se à decadência do cultivo do algodão no semiárido nordestino. A situação de calamidade não pode se resumir, portanto, aos três ou quatro anos definidos pela seca. Ela tem que ser pensada pelo contínuo desemprego da massa de trabalhadores rurais que sem a monocultura do algodão não tinham outro cultivo para sobreviver. Os trabalhadores que não conseguiram migrar para as grandes cidades do Nordeste ou para os seringais no Amazonas acabaram definhando no Ceará. Importante salientar que os oligarcas do café, em expansão no Sudeste, não eram favoráveis à incorporação de nordestinos, preferiam a mão de obra de imigrantes europeus.

O declínio da produção de algodão foi resultado também dos danos ecológicos causados pela forma de cultivo desse produto. Alguns intelectuais já apontavam, em meados do século XIX, para a desertificação do solo e as alterações climáticas observadas nas serras da Província do Ceará. Pouco antes de 1859 o geógrafo cearense Thomaz Pompeo de Souza Brasil escreveu *“Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará”*. No texto, com circulação em periódicos da Província cearense, o autor tece severa crítica à forma desajustada e arcaica

⁶Para entendermos melhor os números desse declínio sobre as exportações, vale ressaltar que em 1822 o algodão correspondia a 49% das exportações brasileiras e em 1913 era de apenas 3%. (DAVIS, 2002, p.390)

com que o cultivo do algodão era realizado nas serras. Pompeo observa que as mudanças climáticas eram facilmente observáveis naqueles anos entre 1840 e 1859. Segundo ele, o aquecimento da região e a diminuição das águas tornava-se patente em face do desmatamento ocasionado pelo cultivo desorganizado dessa monocultura. Nesse sentido, vale a pena percorrer o texto de Pompeo na descrição de trechos da geografia cearense a partir de suas preocupações ecológicas. Chamamos atenção para o fato de que o trabalho foi escrito mais de 120 anos antes da Conferência de Estocolmo. Conforme Brasil (1997, p. 27)

A serra Uruburetama ha 50, ou 60 annos atraz, antes da cultura do algodão, tinha varios mananciaes, cujas aguas correndo do coração da serra, descião até o sertão adjacente por algumas legoas. Hoje apenas o corrente do Mundahú desse até em baixo ; A cultura do algodão, que se começou ali desde o princípio desde século em maior escala, fez desguarnecer as faldas da serra, descobrio as fontes dos mananciaes, e a agua foi desaparecendo por muitas partes, e redusindo as poucas correntes que restão para mais tarde tambem desaparecerem de todo. O que aconteceo na Uruburetima, succedeo nas serras visinhas desta capital, Maranguape, Aratanha, Jubaia, Acarape, e Baturité; e até nos allagadiços de nossas praias. (...) Quem viajou a serra grande (Ibiapaba) ha 39 annos, e percorre-la hoje, notará uma diferença immensa nas aguas e fenômenos atmosféricos (...) Com esta grande diferença climaterica, o observador tambem se espantará de não ver mais essas grandes matas seculares, que cobrião as fallas das sarras, e pavoavão a maior parte de sua assenta, em cujos centros formavão-se esses mananciaes d'agua (...). Quem ouvia fallar en secca na serra grande mesmo nos famosos anos de 1778, 1792, 1899. 1825? Lá nunca faltara a chuva. Hoje está quasi tão sugeita á secca, como o sertão; (BRASIL, 1997, p. 27)

No mesmo ano de 1859 uma Comissão Científica, ligada ao Museu Nacional, percorreu o Ceará ao longo de dois anos. A Comissão elaborou um relatório sobre a questão da seca e da escassez de água. Segundo Guilherme Capanema, chefe da sessão de geologia e mineralogia *“Há quem lembre a possibilidade de modificar o clima do Ceará, até de fazer chover à vontade! Se possuíssemos algumas séries de estudos meteorológicos bem completas, talvez ninguém lembrasse disso”*. (CAPANEMA, 1878, p. 47). Como parte dos interesses da Comissão, Capanema insistia em aumentar os recursos imperiais para estudos sobre os potenciais naturais das províncias. No caso do Ceará, chamava atenção o tema das constantes estiagens, o que exigia dedicação maior ao estudo do clima. Como sugere Santos, em seu estudo sobre a Comissão Científica, um dos objetivos do grupo era facilitar e aumentar o comércio da província cearense com outras rotas definidas pelo Império.

(SANTOS, 2011, p. 52). Como dissemos, o Ceará se dedicava ao cultivo do algodão, um dos principais produtos no comércio entre o Império e outras metrópoles europeias, sobretudo a Inglaterra.

No Brasil, um longo debate se estende desde o século XIX até os dias atuais sobre os efeitos ambientais provocados pela monocultura do algodão, da cana de açúcar e da criação extensiva da pecuária. No caso do Nordeste antes do algodão, a principal causa dos problemas ecológicos concentrava-se no sertão do Agreste. Nos escritos sobre a violência do projeto colonial português, a cana-de açúcar tem seu capítulo assegurado.

A Cana de Açúcar, um projeto amargo.

Em seu livro “Nordeste” (1937), Gilberto Freyre constrói um manifesto sobre os significados danosos da cana de açúcar nessa região. Freyre critica os escritos sobre as doenças que circulavam nas áreas do açúcar e põe em dúvida os intelectuais que tendiam a acusar o negro escravizado como causa de todos os males. Ele aponta que esses estudos não consideram o desprezo dos *homens poderosos do Agreste* pelos rios. A poluição das águas seria, segundo ele, a principal causa da destruição ecológica nos canaviais:

O monocultor rico do Nordeste fez da água dos rios um mictório. Um mictório das caldas fedorentas de suas usinas. E as caldas matam os peixes. Emporcalham as margens. A calda que as usinas de açúcar lançam todas as safras nas águas dos rios sacrifica cada fim de ano parte considerável da produção de peixes no Nordeste. (FREYRE, 2004, p. 71)

As monoculturas e seu *exclusivismo brutal*, diz Freyre, aniquilam a variedade necessária ao bom equilíbrio da natureza. Desde a colônia, a cultura da cana de açúcar se organiza pelo latifúndio e escraviza a terra, os homens e as mulheres. Sobre o cultivo moderno do açúcar, Freyre assevera que a usina representa o modelo mais cruel do latifúndio no século XX, pois se sustenta na

(...)sua ânsia, a de emendar os campos de plantação da cana, uns com os outros, formando um só campo, formando cada usina um império (...) O espírito do senhor latifundiário que procura dominar imperialmente zonas maciças, espaços continuados, terras que nunca faltam para o sacrifício da terra, das águas, dos animais e das pessoas ao açúcar. (FREYRE, 2004, p. 86-87)

Além dos danos ambientais irreparáveis, o canavial representou e representa um quadro de morte e exploração do trabalhador. Muitos casos de

trabalho escravo contemporâneo são registrados nos canaviais do país. Em busca de uma síntese, podemos dizer que a monocultura da cana explicita que refletir questões concernentes ao meio ambiente implica numa discussão transversal sobre desigualdade social, exploração perversa da mão de obra do trabalhador, pobreza, fome e a morte de humanos e não humanos.

Em um dos estudos mais completos sobre a fome no Brasil na primeira metade do século XX, o também pernambucano Josué de Castro observa que a principal doença dos trabalhadores nos canaviais era a fome. Para Castro, áreas de fome são *“aquelas que pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição”* (CASTRO, s/d, p. 95). O autor destaca em seu livro *“Geografia da Fome”* (1946) cinco regiões para entender a cultura alimentar do brasileiro, sendo três delas áreas de fome: área Amazônica, a da Mata e a do Sertão semiárido.

No tópico sobre a área do Nordeste Açucareiro (área da Mata), já no primeiro parágrafo, Josué de Castro constrói uma síntese sobre os significados ecológicos e, portanto, políticos, da monocultura de cana-de-açúcar. Diz ele que;

poucas regiões do mundo se prestam tão bem para um ensaio de natureza ecológica como a do Nordeste açucareiro, com sua típica paisagem natural tão profundamente alterada, em seus traços geográficos fundamentais, pela ação do elemento humano. Com seu revestimento vivo quase que completamente arrasado e substituído por outro inteiramente diferente: região de floresta tropical, transformada pelo homem em região de campos abertos, teve o Nordeste a vida do seu solo, de suas águas, de suas plantas e do seu clima, tudo mudado pela ação desequilibrante e intempestiva do colonizador, quase cego às consequências de seus atos (...) pelo desejo de plantar mais cana e produzir mais açúcar. (CASTRO, s/d, p.95)

O desastre ecológico causado pela monocultura do canavial teve seu primeiro aceno ainda no século XIX e muitas famílias acabaram migrando da região do agreste para o semiárido nordestino. Segundo Billy Chandler, *“o sertão absorveu a população excedente da zona da mata durante os períodos estagnados da indústria canavieira, e beneficiou-se da mão de obra e da energia daqueles que não conseguiam mais se integrar na lavoura açucareira”*. (CHANDLER, 1981, p. 129)

Da cana para o algodão, do algodão para o gado. Assim é que a pobreza, a fome e as injustiças sociais no Brasil vão sendo experimentadas, de monocultura em monocultura e na permanência do latifúndio.

A Pecuária e o Latifúndio

Apesar de algumas avaliações⁷ sobre a inadequação das terras do semiárido para a pecuária, foi nessa região que se estabeleceu a chamada “civilização do couro”. Capistrano de Abreu organiza essa definição a partir da perspectiva do distanciamento que a criação de gado *vacum* produziu entre os habitantes do sertão semiárido e outras áreas de povoamento. Uma imensidão de terras, característica das *fazendas de criar*, distanciava seus moradores do resto do mundo o que fez nascer uma civilização peculiar.

Desde a colônia, parcela significativa da solicitação de sesmarias era para a criação de gado, o que exigiu grandes extensões de terra pois “a capacidade da terra não era determinada por quantas cabeças de gado um hectare de caatinga suportava, mas, ao contrário, por quantos hectares de terras exigia um animal de corte”. (WEBB apud DAVIS, 2002, p. 397). Segundo Capistrano,

(...)a margem pernambucana do rio S. Francisco possuía duzentas e sessenta léguas de testada a casa da Torre, fundada por Garcia d’Ávila, protegido de Tomé de Sousa, a qual entre o São Francisco e o Parnaíba senhoreava mais oitenta léguas. Para adquirir essas propriedades imensas, gastou apenas papel e tinta em requerimento de sesmarias. Como seus gados não davam para encher tamanhas extensões, arrendava sítios, geralmente de uma légua, à razão de 10\$ por ano, no princípio do século XVIII. (ABREU, 1982, p. 151-152).

Porém, aquilo que Capistrano denominou de civilização deu origem a uma população estigmatizada a partir da imagem de sujeitos bárbaros, representada por figuras como o jagunço, o fanático religioso e o cangaceiro. De acordo com o historiador Rafael Mendes, o tipo de criação verificada nas fazendas do Ceará era denominado de pecuária semi-selvagem e

servia, portanto, como expressão e definição de um país ainda não civilizado, entregue completamente àquilo que a sua natureza lhe conferia. Ela servia como signo de um dos polos da oposição fortemente presente nas representações do Brasil do século XIX,

⁷ Warren Dean, em obra clássica sobre a devastação da Mata Atlântica brasileira, fez considerações importantes acerca da pecuária como instrumento de destruição ambiental. Criado de forma extensiva e itinerante, um dos primeiros impactos do gado sobre a vegetação foi a transformação dos campos em plantas raquíticas e doentias. O uso recorrente de queimadas sobre os pastos, uma estratégia para evitar o crescimento de mato impalatável, trouxe consequências altamente destrutivas. (Dean Werren citado e interpretado por MENDES, 2017, p. 185)

marcadas pelas categorias da barbárie versus civilização. (MENDES, 2017, p. 29).

A pecuária deixou sua marca de destruição nos solos do sertão. Em vários estudos sobre a devastação ambiental causada pela pecuária, foi destacado o papel da cabra como um problema digno de nota. Josué de Castro cita os estudos do botânico sueco Loefgren sobre as matas do Ceará entre os anos 1910 e 1913. O botânico atribui “às cabras soltas na região” um papel determinante para a degradação vegetal:

(...) um fator não desprezível na devastação das matas são as cabras. Sabe-se o quanto este animal é daninho para a vegetação arborescente e arbustiva e como a criação de cabras soltas no Ceará é, talvez, maior que a do gado, sendo fácil imaginar-se o dano que causa à vegetação alta. (LOEFGREN apud CASTRO, s/d, p. 172)

Gilberto Freyre também aponta a participação das cabras na destruição ambiental. O intelectual pernambucano enfatiza que a “(...) criação de cabra à solta é inimigo terrível, não só de toda a lavoura, como de toda planta. Como saem a comer toda rama que encontram, impedem o desenvolvimento de muitas plantas, dificultando a renovação da vegetação ...” (FREYRE, 2004). E apesar desses textos terem sido escritos na primeira metade do século XX, sabemos que o tempo da natureza é lento e todo estrago ambiental provocado em determinado período leva décadas ou séculos para ser sanado. Não por acaso, a desertificação é um dos grandes desafios atuais do semiárido.

A destruição do equilíbrio ecológico causada pela pecuária é um alerta lançado para o presente desde o século XVIII. Contudo, o Brasil tem se transformado num imenso pasto e as medidas de controle para minorar os estragos se mostram pouco eficazes. Em entrevista ao jornal Brasil de Fato Ima Vieira, ecóloga e ex-diretora do Museu Emílio Goeldi, afirma que 80% do desmatamento na região amazônica se dá em decorrência da atividade pecuária. (Brasil de Fato, 05/09/2019).

A água, líquido sagrado

De volta ao século XIX, um marco importante no registro científico da água na Província do Ceará foi feito pela já citada Comissão Científica⁸, em 1859. A chegada da Comissão coincidiu com o reverso da estação climática, em que

⁸ A Comissão Científica de Exploração formada por cientistas brasileiros para explorar e conhecer as terras do Império; começou sua expedição na Província do Ceará e dissolveu-se

(...) uma seca de mais de cinco meses trazia em sustos os habitantes da Província, pois que o inverno do ano anterior tinha sido escasso, e as fracas chuvas do mês de agosto haviam sido insuficientes para a criação de forragens. (...) [A sessão botânica] pôde assistir ao magnífico espetáculo da transformação dos campos e do aspecto da natureza da Província, quando depois de aturada a seca, sobrevêm as primeiras águas. Ao terreno solto, desolado e no parecer infrutífero, dos arredores da Fortaleza, sucedeu em poucos dias, e como por encanto, uma vegetação vivente e luxuriante. (Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, Introdução, 1862 apud. BRAGA, 1962, p. 21).

A capacidade de regeneração das terras cearenses após as primeiras chuvas chama a atenção de viajantes, naturalistas e cientistas desde o século XVIII. Admiram-se com a metamorfose da vegetação que tão desgraçadamente era noticiada fora da província. O botânico inglês George Gardner, em 1837, descreve o espetáculo que assistiu com a queda das primeiras águas na fronteira entre o Ceará e Pernambuco:

Quando fui para lá, mal começando a estação das águas, pude observar o extraordinário efeito que umas poucas chuvas haviam produzido na vegetação. Três meses antes, ao partir dali, deixara murcha e queimada toda a vegetação rasteira. As árvores tinham cor e aspecto doentio. Agora, porém, tudo estava renovado e verdejante. (GARDNER, 1975, p. 47)

A impressão que Gardner e outros visitantes tiveram sobre o fenômeno da rápida recuperação da flora nordestina continua umas das máximas sobre o semiárido, nas primeiras chuvas o sertão renasce por completo. Diferente de outras zonas semiáridas, essa região no Brasil apresenta boa capacidade de regeneração. Como entender, contudo, o pouco aproveitamento dessa água?

Dessa forma, a discussão apresentada neste texto tenta refletir os efeitos político-ambientais que o par abundância-escassez de água tem provocado no Nordeste. Em entrevista realizada no ano de 1998, o economista Celso Furtado apresentou mais uma vez o problema da concentração de água destinada para a criação de gado. Furtado esclarece em poucas palavras que o problema não é falta de água, mas, antes, a desigualdade produzida pelo agronegócio.

A estrutura fundiária calcada no latifúndio impede a distribuição justa e provoca o desemprego, a miséria e a fome. A eficácia de medidas de combate à seca só se realizará com a reforma agrária. Como insiste Furtado, “O que se tem

depois dessa primeira experiência, sem visitar outras províncias, como era proposto no projeto original.

a dizer mais uma vez é que se precisa modificar a estrutura agrária. Muito dinheiro já se pôs no Nordeste”. (FURTADO, 1998, p.44). As medidas para amenizar os problemas vividos no sertão, seja em períodos de seca ou chuvas regulares, só produzirão eco em face de uma modificação radical na distribuição de terra e água. O grande drama da seca é, como se tem dito, a cerca; que monopoliza a terra, a água e que produz *comodities* em vez de alimento. Em seus anos de estudo e análise crítica sobre estrutura agrária do semiárido, Furtado em vários momentos lembrou que

A água que chega ao mar é muita, e há muita água subutilizada. Construiu-se a represa de Orós, uma massa d'água que poucas zonas semiáridas do mundo têm. E para quê? O aproveitamento real é muito pequeno(...). Os donos das terras só querem usá-las para pecuária, e para outra coisa qualquer que dê dinheiro, mas não produzir alimentos. (FURTADO, 1998, p. 44)

Ainda sobre o uso indevido dos investimentos de combate à seca, o economista pondera que os projetos de irrigação também não minoram o sofrimento dos pequenos agricultores, pois

(...) o nível de vida da população caiu com a modernização e com a irrigação, porque os pequenos produtores, que eram meeiros ou posseiros, foram desalojados para a implantação de grandes culturas para exportação, sobretudo de frutas, melão e banana. E agora chega ao ponto de a banana ser colhida e colocada em contêineres fechados e levados para o porto. (FURTADO, 1998, p. 44)

O debate proposto aqui sugere que as questões ambientais estão interligadas com estruturas sociais historicamente situadas. Desse modo, uma reflexão crítica sobre os “*desastres*” ecológicos exige um olhar que considere os usos e abusos que os humanos têm realizado no processo de coexistência com os não humanos. O desenvolvimento do capitalismo e seu alcance em escala global nos obrigou a pensar as questões locais como integradas à esfera mundo. O desejo de lucro não tem pátria e sua prioridade tem justificado todas as formas de manipulação da natureza. Elementos naturais, antes considerados inesgotáveis, estão sob o alerta de seu provável esgotamento, sobretudo a água doce.

O profeta.

A água vai acabar. Se para alguns essa frase parece um letreiro sensacionalista, para outros já é realidade há muitas décadas e, em decorrência da escassez, é possível perceber em diferentes grupos sociais um cuidado com

o uso da água. A convivência do sertanejo do semiárido com a água foi um aspecto que recebeu especial atenção dos viajantes no século XIX. Segundo a já citada Comissão Científica de 1859, o líquido parecia mais valioso do que o ouro:

Quanto à água, sigam o exemplo dos campistas que bebem a água lodacenta do Paraíba e bebem-na cristalina e saborosa; para isso depositam em grandes talhas e aí a deixam repousar uns poucos dias; outros que dispõem de espaço, em baterias de potes que lhes permitem beber água de quatro, seis e mais meses, e há quem chegue a guardá-la anos, e oferecem um copo dessa água velha como artigo de luxo. (CAPANEMA, 1878, p. 16).

Capanema, chefe da sessão de geologia, observa “o potencial fértil destas terras que fazem brotar sem grande esforço; falta-lhes somente a água, que, quando chega, constitui a felicidade da Província” (CAPANEMA, 1878, p. 16). O difícil acesso à água produziu diversas formas de compreensão e previsão de sua escassez e possibilidade de abundância. Nesse dilema da sobrevivência no semiárido, muitas são as formas de leitura do tempo para adivinhar o sol e a chuva. A maioria delas revela intimidade com elementos da fauna e flora do sertão⁹.

Um dos personagens dessa configuração performática é o profeta da chuva. Indivíduo que, em geral, mora no sertão e conhece as astúcias da natureza semiárida. Através dos movimentos que se manifestam no corpo dos bichos e das plantas, fazem previsões que desafiam os cientistas. Nessa leitura do mundo, a água que cai do céu pode ser anunciada em formas encontradas por indivíduos que olham, antes de tudo, para a terra. Como ressalta Juvenal Galeno, memorialista que se dedicou ao estudo das práticas de previsão das chuvas no Ceará:

É, pois, da maior importância, saber interpretar o comportamento dos referidos espécimes, durante os meses de verão da maior parte das experiências de inverno. Isso dito, vejamos o significado de alguns destes sinais tomados nas experiências de secas e de invernos: a canafístula gotejando água pelas folhas durante os meses de outubro e novembro, ótimo sinal de inverno para o ano seguinte; o pau-de-mocó com boa floração nos últimos meses do ano, também sinal de inverno. A jitirana florando fora de tempo, sinal de seca, o mata-pasto florando em meio ao inverno, sinal de suspensão das chuvas (mata-pasto, inverno acabou, dizem os matutos). Existe a crença, segundo a qual no ano em que o angico deita muita resina, no ano seguinte haverá bom inverno. Se o pau d'arco roxo flora, entre os meses de junho e

⁹ No Ceará, chove na quadra invernososa, por isso inverno é sinônimo de chuva. Bom inverno (muita chuva) mal inverno ou não há inverno (pouca chuva).

julho e segura a casca, bom sinal de inverno para o ano seguinte. Por sua vez, o cajueiro se flora no começo do verão, sinal de inverno cedo. (GALENO, 1998, p. 20).

Mas não é somente a flora que avisa como o sertanejo deve se preparar para o inverno chuvoso ou uma seca *braba*, também, a fauna fornece os indícios de predição para a vinda das águas. Assim continua Galeno:

(...) No tocante às especulações com os animais, o critério não varia: é o da proliferação. Este ou aquele bicho aparecendo acompanhado de muitas crias em determinada estação do ano sinal de bom inverno para o ano seguinte. Alguns iam mais longe. Davam especial importância ao comportamento dos tatus em fins de ano. Sentenciava o velho sertanejo: 'quando o carrapato subir da barriga para o sovaco dos tatus, a chuva cairá. (GALENO, 1998, p. 21).

As constantes secas e o difícil acesso fazem da água tema incontornável no sertão. Desse modo, a capacidade de prever a chegada de um bom inverno atribui excepcionalidade aos profetas da chuva. Contudo, o que garante poder político e econômico é a posse da terra, pois ainda que se preveja um bom inverno o problema do acesso à água persiste.

Como Salienta Thomaz Pompeu Sobrinho, em relatório de 1940, “no Ceará por toda parte há água abundante na profundidade do solo; mas, para ser usada, requer a abertura de poços ou cacimbas, muitas vezes profundos e dispendiosos” (SOBRINHO, 1940, p. 33). Por isso, continua Sobrinho, “só abastados possuíam recursos para a construção desses reservatórios”. (SOBRINHO, 1940, p. 33).

Apesar de todas as dificuldades para a maioria da população em obter e manter a água, os prognósticos dos profetas, em muitas regiões do Ceará, têm atenção garantida. Ainda que os problemas com falta de água não sejam resolvidos, a chuva garante boa safra para os pequenos agricultores. Todavia, nas últimas décadas esse saber vem sofrendo abalos devido à acelerada instabilidade climática gerada pelo aquecimento global. Nesse cenário de intensa alteração climática, fica difícil observar o comportamento de bichos que vivem fugindo de queimadas e inundações e plantas que não existem mais.

É comum ouvir os profetas falando das dificuldades de realizar suas experiências diante das mudanças climáticas. As previsões ficam comprometidas já que dependem de certo equilíbrio ecológico. Segundo o

jornalista Benedito Teixeira “(...) os sertanejos do semiárido estão entre os que mais vem sofrendo com as mudanças climáticas em decorrência do aquecimento global (...) corre-se o risco de termos extinta, em pouco tempo, essa tradição sertaneja”. (TEIXEIRA, 2020, p. 119)

Considerações Finais.

O semiárido mais populoso do mundo e o medo dos bárbaros.

Segundo dados do Instituto Nacional do Semiárido, o ecossistema do semiárido brasileiro é formado por vegetação de caatinga e se estende pelos nove estados da região Nordeste e pelo norte de Minas Gerais. No total, ocupa 12% do território nacional e abriga cerca de 28 milhões de habitantes divididos entre zonas urbanas (62%) e rurais (38%), sendo, portanto, um dos semiáridos mais povoados do mundo¹⁰. Como dissemos até aqui, essa região, entre monoculturas e latifúndio, tem sofrido um processo de desertificação que abrange hoje uma área de aproximadamente 340.000 km², o que tem dificultado de modo crescente o melhor aproveitamento das águas. (FUNES; RIOS, 2019, p. 13)

Ao longo do texto, apontamos como a população dessa região cresceu, em meados do século XIX, com o declínio da cana de açúcar e a ascensão da monocultura do algodão. Com a perda de posição no mercado exportador de algodão, situação agravada pelos fatores ecológicos e políticos apresentados, o Ceará foi palco da expulsão de milhares de pessoas das zonas rurais.

A narrativa testemunhal de Euclides da Cunha, entre outros escritos, nos permite analisar o deslocamento de contingentes humanos em busca de áreas que garantissem a sobrevivência. Desde o século XIX, a construção da imagem dessas populações como bárbara foi tecida pela escrita científica, jornalística e

¹⁰ Ainda conforme o INSA a região Nordeste possui cerca de 13,3% do efetivo bovino do Brasil e, no Semiárido brasileiro, mesmo com a limitação na disponibilidade de pastagens, principalmente nos períodos de escassez de forragens, a região detém aproximadamente 58,1% desse rebanho bovino do Nordeste. A fauna do semiárido surpreende aqueles que pensam que as paisagens secas são homogêneas e com pouca vida. Ao contrário, o bioma possui aproximadamente 1.307 espécies animais, dentre as quais 327 são exclusivas da região. As pesquisas sobre fauna registram 178 espécies de mamíferos, 591 de aves, 177 de répteis, 79 de anfíbios, 241 de peixes e 221 espécies de abelhas. Assim, como as plantas, os animais se adaptaram ao longo dos anos às condições da região com sol intenso e escassez de água. Para sobreviver ao clima, desenvolveram hábitos noturnos e comportamento migratório. <https://www.gov.br/insa/pt-br>.

literária. As ações de intelectuais e militares faziam parte de uma missão civilizatória que revelou também os mecanismos perversos para controlar o sertanejo.

Com a missão de registrar o sertão e o sertanejo, Euclides da Cunha experiencia em Canudos o que ele denominou de encontro com “*bárbaros patrícios*” e com uma “*selvaticidade épica*”. Segundo Euclides, sua incursão pelos sertões objetivava esboçar

(...) os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil, e fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexo de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir nossa terra. (EUCLIDES, 2001, p. 65)

No Ceará, a migração das populações errantes tinha como principal destino Fortaleza. As elites da capital, legitimadas pelas teorias raciais oitocentistas, enquadraram o sertanejo na lista dos tipos geneticamente perigosos. A interrelação entre migração e miscigenação era apontada como parâmetro de análise para uma possível degeneração biológica. Nina Rodrigues, um dos intelectuais de destaque nas teorias raciais sobre o Brasil no século XIX, pontuava que “a mistura racial era responsável por todo desvio local, banditismo, heresia religiosa e problemas afins”. (RODRIGUES apud DAVIS, 2002, p. 395)

Essas teorias legitimaram a organização de dispositivos de controle sobre os corpos flagelados e conduziram políticas públicas de combate à seca. O deslocamento dos retirantes, durante as secas, significava a aproximação de uma multidão perigosa que devia ser detida. Entre o final do século XIX e ao longo de todo o XX, as tentativas de controle dos retirantes produziram vários espaços de confinamento como os abarracamentos na seca de 1877 e os Campos de Concentração nas secas de 1915 e 1932¹¹.

¹¹ “Na seca de 1932, para barrar a marcha dos retirantes rumo a Fortaleza e outras cidades do Estado, foram erguidos sete “Campos de Concentração” (em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus, Crato e dois em Fortaleza). Eram locais para onde grande parte dos retirantes foram recolhidos para receber do governo, segundo justificativa oficial, comida e assistência médica. Dali não podiam sair sem autorização dos inspetores do Campo. Havia guardas vigiando constantemente o movimento dos concentrados. Ali ficaram “encurralados” milhares de retirantes a morrer de fome e doenças. Entre abril de 1932 e março de 1933 foram registrados mais de 1.000 mortos somente no Campo de Concentração de Ipu”. (RIOS, 2014).

Nas primeiras décadas republicanas a analogia estabelecida entre sertanejo e bárbaro era imediata. Durante a seca de 1932, por exemplo, os jornais da capital cearense alardeavam a aproximação de uma temida *horda de famintos*. A imprensa que representava os ricos insistia *sobre o ajuntamento de retirantes em espaços vigiados*. A multidão que se aproximava da cidade tinha a cara assustadora da fome. E a fome, como sugere Franz Fanon (1968) em seu livro *Os condenados da Terra*, “a fome não negocia e o mais frágil pode transformar-se no inesperado”. (FANON, 1968, p. 29).

A *invasão* do território civilizado pelos *bárbaros do sertão* justificava a crueldade com que elites e o Estado executavam estratégias de aprisionamento e extermínio dos flagelados. A tentativa de controlar o imponderável da fome produziu a imagem de um retirante perigoso. O medo das elites era tema diário na letra do jornal. N´O *Nordeste* do dia 08 de abril, a manchete era a “tragédia da fome”. Com essa matéria, o periódico destacava assaltos a trens no Sertão do Ceará:

Os flagellados estão assaltando os trens. Em Praiano, atacaram um comboio, armados de cacetes e ferramentas. Os famintos tomaram um trem de passageiros em Senador Pompeu. Os famintos já desesperados estão lançando mão de todo tipo de ato como meio de solução para a fome que os devora. (...) Scenas impressionantes como estas, resultantes da grande crise de chuvas em 1932, nos são contadas diariamente... (Jornal O Nordeste, 8/04/1932)

Noutro jornal lê-se:

Os famintos estão chegando até Fortaleza. Trens são assaltados a todo instante pelos flagelados. (Jornal O POVO, 17/02/1932). Em Senador Pompeu um trem foi invadido por mais de cem flagelados, todos com o propósito de chegar a Fortaleza. (...) Eles estão aqui – gritam aterrorizados. (...) Porque o exército não os detém, queixam-se as pessoas. (Jornal O Povo, 16/03/1932)

O semiárido fez aparecer a imagem de um sertanejo ao mesmo tempo padecido e valente. A aridez da região e a seca potencializaram o pavor dos ricos do país e o migrante sertanejo passou a representar *o bárbaro de dentro*¹², o que não vem de territórios alheios, mas de um lugar ao mesmo tempo real e

¹² Segundo Josep Fontana os romanos denominavam de bárbaros não só os invasores de fora do Império, mas também os camponeses de dentro que não se integraram a ordem social imperial. Tinham os bárbaros de fora e os bárbaros de dentro. No caso do território brasileiro, podemos dizer que os sertanejos são “bárbaros de dentro”. (FONTANA, 2000, p. 24)

simbólico cuja fronteira se define pela desigualdade social, pelo racismo e pela luta de classes. Essa fronteira é endurecida sempre que os ricos de dentro e de fora precisam justificar uma ação mais perversa sobre os pobres. Como sugere Guimaraes Rosa, “O sertão está em toda parte”, é um corpo sempre em marcha; o sertanejo pode surgir em qualquer lugar. Pode ser identificado como refugiado, flagelado, retirante, migrante, rebelde, fanático, subversivo ou qualquer outra denominação que incomode o sossego dos ricos.

Referências

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1982.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará**. 1859. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

CAPANEMA, Guilherme Schüch (barão de). **Apontamentos sobre secas do Ceará**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. São Paulo: editora Civilização Brasileira, s/d.

CHANDLER, Billy Jane. **Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil, 1700-1930**. Fortaleza: edições UFC, 1991.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Capítulos de geografia histórica de Fortaleza**. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23281>.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2. Edição. 2001.

CUNHA, George Henrique de Moura. O algodão na economia da província do Ceará durante o século XIX: algumas considerações sobre a sua importância. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XXII – V. 3 - N. 47 – - Salvador, BA, dezembro de 2020**.

CUNNIFF, Roger. The Birth of the Drought Industry: Imperial and Provincial Responses to the Great Drought in Northeast Brazil (1877-1880). *Revista de Ciências Humanas*, 1975. In: DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FANON, Franz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 1968.

FONTANA, Josep. **Europa ante el espejo**. Barcelona: biblioteca de bolsillo. 2000.

FURTADO, Celso. **Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

GALENO, Alberto. **Seca e inverno nas “experiências” dos matutos cearenses**. Fortaleza: [s. n.], 1998.

GARCIA, Ana Karine Martins. **A sombra da pobreza na cidade do sol**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da PUC/SP. São Paulo, 2006.

GARDNER, Georges. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: editora Itatiaia, 1975.

MENDES, Alberto Rafael Ribeiro. **Pecuária semi-selvagem: ciência, natureza e tempo no Ceará do século XIX**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

NEVES, Frederico de Castro. Desbriamento e Perversão. Olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877. **Revista Projeto História**. V.27 (2003): jul/dez.

OLIVEIRA, Antônio José Alves de. **João da Silva Feijó e os dilatados Sertões: Pensamento científico e representações do mundo natural na Capitania do Ceará. (1799-1816)**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

RIOS, Kenia Sousa. A Comissão Científica e a Seca do Ceará. *In: A Seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema ou Raja Gabaglia*, Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2006.

_____. **Os Campos de Concentração no Ceará**. 2ª edição. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2006.

_____. **Isolamento e Poder**. Fortaleza e os Campos de Concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária. 2014.

RIOS, Kenia, Sousa; FUNES, Eurípedes, Antônio. **História Ambiental: alguns desafios conceituais e políticos**. Coleção história do tempo presente. 1. ed. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Nova Fronteira, 2005.

SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará investigado: A Comissão Científica de 1859**. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. Alguns Aspectos da geografia humana cearense. *In: Revista do Instituto*, 1940.

STUDART, Guilherme Barão de. **Climatologia, epidemias e endemias do Ceará: memória apresentada ao 4º congresso Latino-Americano do Rio de Janeiro**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1909.

TEIXEIRA, Benedito. Impactos das mudanças climáticas na tradição ancestral. *In: Os profetas, pelo observar da natureza e o desejo de chover*. Fortaleza: instituto Seara, 2020.

Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, Introdução (1862). *In: BRAGA, Renato. História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962.

THEOPHILO, Rodolfo. **História da Seca do Ceará (1877-1880)**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

Kenia Sousa Rios

#por uma universidade pública, de qualidade e democrática. Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (1997), com bolsa PET-História, mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999), doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003) e PDSE em Estudos da Oralidade - École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) (2002). Desde 2004 é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Participou de projetos de extensão na área de museu, ensino de história e História da África. Entre 2011 e 2014, foi bolsista de Coordenação de Área do Programa Institucional de Bolsa de iniciação à docência (PIBID - UFC - História). Foi tutora do Programa Educação Tutorial (PET) (2018-2021). Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em História e Oralidade, atuando principalmente nos seguintes temas: água, memória oral, história do Ceará, cidade e seca, história e meio ambiente. É professora orientadora do programa de pós-graduação em História da UFC (mestrado e doutorado). Pós Doutorado em História na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/1319642653599184>
